

Papel do sociólogo numa escola inclusiva

Ana Bela Moura e Silva

Debateu-se hoje, durante a manhã, o lugar da Sociologia no contexto do sistema educativo e da reforma curricular do ensino secundário.

Com o painel desta tarde, pensamos abordar a temática do papel do sociólogo numa escola inclusiva, não na sua qualidade de docente, mas sim como técnico, que pode desempenhar o seu papel profissional no interior duma escola, da mesma forma que o poderia fazer em qualquer outro tipo de instituição

Como docente já se constatou ser difícil, uma vez que o sistema de ensino não oferece oportunidade de emprego há já dezoito anos aos jovens licenciados nesta ciência social. Com efeito, mantém-se há quase trinta anos o quadro de habilitações para a docência, apenas tendo vindo a ser pontualmente introduzidos novos cursos da área da sociologia aplicada, mas sem que tenha sido alterado a prioridade nos escalões, o que na prática inviabiliza o acesso dos sociólogos ao ensino da sociologia no ensino secundário.

Mas, existe talvez um importante e inovador papel que os jovens sociólogos poderão vir a desempenhar numa nova escola, que se quer de sucesso escolar para todos, ou seja numa escola verdadeiramente inclusiva. Convirá antes de mais precisarmos o conceito de escola inclusiva.

Inicialmente o termo era utilizado para caracterizar um sistema escolar que visava integrar diversos tipos de alunos, sobretudo os que apresentavam necessidades educativas especiais. Posteriormente o termo passou a aplicar-se de forma diferente, entendendo-se a escola inclusiva como aquela que visa dar respostas aos que a procuram, assegurando a todos uma educação que lhes permita uma boa integração escolar, laboral e social. Ou seja é aquela que fornece uma educação inclusiva.

É isso que se tem vindo a tentar no nosso país. Após o 25 de Abril, e visando uma democratização social através da educação escolar, deu-se a massificação do ensino e com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, o alargamento da escolaridade obrigatória até ao nono ano.

No entanto, dadas as desigualdades, à partida, da população escolar, o facto de a escola continuar vocacionada para um aluno ideal (jovem de famílias das classes médias, com pais escolarizados e de meio urbano), e o processo de ensino/aprendizagem se manter centrado nos conteúdos curriculares, a verdade é que não se podia garantir o sucesso escolar para todos, e assim se alcançar o objectivo proposto.

Para procurar garantir que a escolaridade fosse um instrumento de democratização e de garantia de igualdade de oportunidades, houve a necessidade de a escola mudar: ao nível do que ensina, da forma como ensina e ainda de como se organiza.

Assim, apostou-se no ressurgimento do ensino profissional ao mesmo tempo que o sistema educativo regular procurou dar respostas escolares diferenciadas, criando vias alternativas para o prosseguimento de estudos e/ou para a inserção na vida activa. Nesta óptica adaptaram-se os conteúdos leccionados, diversificaram-se as metodologias de ensino, criaram-se medidas de apoio e complementos educativos para os alunos que estavam abrangidos pela escolaridade básica, através de programas específicos como o de *Educação para Todos (1992)*, *Nónio Século XXI (1996)*, *Programa de Integração de Jovens na Vida Activa (1997)* e o *Programa Integrado de Educação e Formação (1999)*. Apoiaram-se também os estabelecimentos de ensino através dos *Sistemas de Incentivos à Qualidade da Educação (1993)* e da delimitação de *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (1996)*. Surgiram novas modalidades educativas para o ensino básico como os *Currículos Alternativos (1996)* e mais recentemente fez-se a *Gestão Flexível dos Currículos (1999)*. Criaram-se igualmente percursos escolares para uma mais rápida inserção na vida activa: as vias de formação profissional de grau II, ou seja os *Cursos de Educação e Formação Profissional Inicial (1997)*, vulgarmente designados por 9ºano+1, e actualmente o *10º Ano Profissionalizante*. Os Cursos Tecnológicos do ensino secundário, que conferem um diploma de formação profissional de grau III, reforçam esta via de escolaridade com preparação para o mundo do trabalho.

Paralelamente é introduzida a rede única e integrada de *Educação Pré-escolar (1997)* e dinamizado o *Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (1999)*.

Resolvido o que se ensina, pensou-se também no como se ensina. Acompanhando esta diversidade de oportunidades para os que à partida não tinham as mesmas hipóteses de sucesso escolar, houve uma

procura de diferenciação pedagógica, visando-se um ensino mais personalizado: centrado no aluno e tentando responder às necessidades educativas especiais de cada um.

Já na década de noventa são implementadas as metodologias activas, visando o saber-fazer e o saber-aprender, e que se corporizam na defunta área-escola e na actual área de projecto. Segundo as orientações que presidem quer ao novo ordenamento curricular, permitindo a criação de disciplinas a nível local, quer ao tipo de gestão autónoma e em estreita articulação com o seu meio envolvente, este conceito de Escola inclusiva pressupõe a existência duma equipa que ajude a concretizar este objectivo de dar uma verdadeira educação que permita uma boa integração escolar, laboral e social.

E aqui põe-se logo outra questão: será que existe esta necessidade de ter na escola um conjunto de profissionais, não docentes, para cumprir estes objectivos? Até agora a generalidade dos estabelecimentos de ensino tem vivido com os professores a assumirem grande parte das tarefas organizacionais, sejam elas de natureza pedagógica, administrativa ou de coordenação e gestão. Mesmo no ensino dito especial, para alunos com necessidades educativas específicas, têm sido os docentes que, com alguma formação específica posterior, têm vindo a integrar estes alunos e a acompanhar o seu percurso escolar.

Nesta área, e segundo dados do Observatório dos Apoios Educativos divulgados por Filomena Pereira no seminário *Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos*, organizado pelo Conselho Nacional de Educação em Dezembro de 1998, 78% dos profissionais docentes de apoio educativo referem como segunda sugestão mais mencionada como sendo necessária para uma melhoria do funcionamento dos apoios educativos *a afectação à escola ou conjunto de escolas de profissionais de outras áreas disciplinares*, em detrimento de outras medidas como *a estabilização dos docentes de apoio educativo nas escolas* ou *a redução do número de alunos por turma*. (Edição CNE, pág. 75). Ainda quando inquiridos estes docentes sobre quais as estratégias que sugerem para colmatar as falhas no exercício das funções das Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos, 92% consideram que *a constituição de equipas multidisciplinares* constitui a melhor forma de ultrapassar os obstáculos. (Edição CNE, pág. 79). Novamente aqui o sociólogo pode ter um papel importante como técnico integrado numa equipa de apoio aos docentes que acompanham os alunos com necessidades educativas especiais.

Paralelamente à massificação do ensino e à explosão da procura educativa, houve profundas alterações no tecido social escolar, uma vez que se diversificaram não só as origens étnicas dos nacionais, como o nosso país passou de fornecedor de mão-de-obra para o estrangeiro a país de acolhimento da imigração. Assim, aliada à diversidade de condições sociais passou a escola a ser frequentada por uma multiplicidade de jovens com línguas maternas, valores e padrões culturais muito diversos, pelo que passou a ter que lidar, nem sempre pacificamente, com esta multiculturalidade da sua população.

O sistema escolar tem que se adaptar e a escola já não pode funcionar segundo um modelo cultural homogéneo; antes deverá integrar e usufruir destes diferentes contributos. Mas todos sabemos que neste campo ainda há muito para fazer; na prática quotidiana das nossas escolas existem problemas difíceis de coexistência e integração, pelo que o sociólogo poderá vir a desempenhar uma tarefa importante ao nível do diagnóstico e análise destas realidades escolares.

Um outro vector característico da Escola actual é que esta deixou de ter um papel fundamental na preparação dos jovens para o exercício dos seus papéis sociais e profissionais. Pelo contrário, o espaço escolar aparece-nos muitas vezes como aquele em os jovens questionam a função de cada instituição, família, escola, estado, etc., e onde fazem desaguar todas as suas frustrações e expectativas goradas, que assumem a forma de contestação por vezes violenta aos sistemas de valores, normas e estratificação instituídos.

Também a este nível o sociólogo pode ser elemento duma equipa técnica de *mediação social*, que promova a integração destes jovens na vida escolar e os ajude a construir projectos de vida exequíveis, responsáveis e gratificantes.